



Observatório da Oposição

9 DE OUTUBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 23

Lula relativiza ataque terrorista do Hamas e expõe o Brasil, mais uma vez, a constrangimento internacional

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA INTERNACIONAL

2

POLÍTICA

3

TRABALHISTA

SÍNTESE

- A omissão do governo Lula em responsabilizar explicitamente o grupo Hamas pelos ataques terroristas que causaram pelo menos 1.600 mortes em Israel (incluindo idosos e crianças) levanta preocupações e lacunas na posição oficial, revelando hesitação em condenar o extremismo.
- Em declaração que, além de relativizar o ataque terrorista, nem sequer cita o Hamas como autor das atrocidades, Lula colocou o Brasil novamente no lado errado do conflito, a exemplo do que já havia ocorrido em relação à invasão russa na Ucrânia.
- Seguindo a mesma linha, o ex-chanceler Celso Amorim, assessor especial da presidência, chegou ao absurdo de classificar os ataques terroristas como uma reação justificada a supostas discriminações.
- O comportamento encontra eco em afirmações de políticos e partidos de esquerda, suscitando inquietações éticas ao defender manifestações violentas ou mesmo propor o “fim” de Israel.
- O Hamas, originado nos anos 1980, tem explicitamente como objetivo a extinção de Israel por meio de ataques terroristas ao território israelense.

1

POLÍTICA INTERNACIONAL

Lula relativiza ataque terrorista do Hamas e expõe o Brasil, mais uma vez, a constrangimento internacional

Em declaração inadmissível, Celso Amorim chega ao absurdo de classificar ação de extremistas como uma reação justificada a supostas discriminações

- A omissão de Lula e seu governo em citar diretamente o grupo Hamas como responsável pelos ataques terroristas representa um ponto de preocupação e lacuna na clareza da posição oficial.



- Ao expressar repúdio ao terrorismo em geral e instar à retomada das negociações para uma solução ao conflito, Lula evita uma condenação explícita ao Hamas, se limitando a conclamar a comunidade internacional a um trabalho conjunto para a busca de uma “solução ao conflito”.
- Esta omissão pode ser interpretada como um sinal de hesitação em atribuir responsabilidade diretamente ao grupo extremista, o que poderia fortalecer a mensagem de condenação ao terrorismo e reforçar a necessidade de responsabilização dos perpetradores.
- A relação entre Lula e Basim Naim, uma figura de destaque na liderança política do Hamas, suscita sérias controvérsias sobre a postura do presidente brasileiro. O membro da alta cúpula do Hamas chegou a comemorar e oferecer congratulações pelo sucesso de Lula nas eleições de 2022.
- Essa proximidade lança dúvidas sobre o compromisso de Lula com a paz e a estabilidade na região, ao mesmo tempo que desafia a comunidade internacional a refletir sobre a necessidade de manter relações responsáveis e coerentes com atores políticos que prezam pela segurança e coexistência pacífica.
- Em 31 de outubro de 2022, o site oficial do Hamas publicou uma nota em árabe e inglês parabenizando Lula por sua vitória nas eleições brasileiras sobre Bolsonaro, descrevendo-o como o “guerreiro da liberdade”, após um segundo turno eleitoral altamente disputado. Basim Naim, líder político do Hamas, foi o responsável pelas congratulações.

“Lula é amigo do povo palestino. [...] O Brasil é um país central na América Latina. Ficamos muito tristes com a mudança para a extrema direita”.

Basim Naim

Relacionamento entre o Hamas e membros do governo Lula

- A inadmissível declaração de Celso Amorim, assessor especial da presidência, tentando enquadrar os ataques terroristas como uma reação justificada a supostas discriminações é, no mínimo, alarmante.
- O contorcionismo retórico do ex-chanceler é inaceitável e procura desviar o foco da inaceitabilidade intrínseca de atos terroristas, podendo inadvertidamente conferir legitimidade aos perpetradores do extremismo.



Os ataques a civis têm que ser condenados e não se justificam, **mas não podem ser vistos como um fato isolado. Vem depois de anos e anos de tratamento discriminatório, de violências**, não só na própria Faixa de Gaza, mas também na Cisjordânia”.

Celso Amorim

- Chanceler de Lula entre 2003 e 2011 e ministro da Defesa de Dilma Rousseff, Amorim tem uma militância antiga em defesa do grupo armado. Ele [escreveu o prefácio](#) para o livro “Engajando o Mundo: a Construção da Política Externa do Hamas”, de autoria de Daud Abdulah. O livro elogia a abordagem diplomática do grupo Hamas e contesta uma pretensa visão distorcida do Ocidente em relação às ações do grupo terrorista.
- A proximidade de Amorim com o grupo está longe de ser um caso isolado. Relembramos que, há algum tempo, figuras proeminentes da esquerda brasileira têm endossado as ações do Hamas. Em 2021, vários membros de destaque do PT assinaram um manifesto em apoio ao Hamas. Entre os signatários estão Paulo Pimenta (ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social), Alexandre Padilha (ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais), Ênio Verri (diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional) e Zeca Dirceu, filho do ex-ministro José Dirceu.

“Os parlamentares, entidades e lideranças brasileiras que subscrevem este documento, expressam o seu profundo descontentamento à declaração da secretária do Interior da Inglaterra, Priti Patel, que atribuiu ao Movimento de Resistência Islâmico – Hamas, a designação de “organização terrorista”, alegando falsamente que o Movimento palestino seria “fundamentalmente e radicalmente antissemita”.

[Manifesto de Apoio ao Hamas e à Palestina](#), assinado por lideranças políticas como Paulo Pimenta (PT-RS), Alexandre Padilha (PT-SP), Enio Verri (PT-PR) e Zeca Dirceu (PT-PR).

- Chama a atenção também a postura silente de um dos membros do governo encarregado de defender a não violência, a tolerância e o direito à vida: o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida.



- Possivelmente, o ministro olvidou a sua própria fala, em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados na qual afirmou que “inimigos da democracia, pessoas que atentam contra os interesses do Brasil, principalmente do povo brasileiro, racistas, **fascistas, não devem ter um minuto de paz. E não terão.** Obrigado”.
- Ao invés de mostrar uma reprovação mais vigorosa das ações violentas dirigidas aos civis israelenses, o ministro limitou-se a reproduzir os posicionamentos genéricos do Itamaraty. Isso representa uma diferença notável em relação a situações anteriores, nas quais ele rompeu o silêncio para defender enfaticamente [regimes totalitários, como o de Cuba](#).
- A postura de Lula e seus ministros impôs novamente ao Brasil um vexame internacional. [Diplomatas brasileiros estão passando vergonha no exterior, chamados a explicar a relação do presidente com o grupo terrorista](#). Em declaração que, além de relativizar o ataque terrorista, nem sequer cita o Hamas como autor das atrocidades, Lula colocou o Brasil novamente no lado errado do conflito, a exemplo do que já havia ocorrido em relação à invasão e ataque da Rússia na Ucrânia.
- Mesmo com a postura desastrosa do governo, é importante destacar o louvável empenho das Forças Armadas na operação especial para repatriar cerca de 2.500 brasileiros que estão em Israel.

Origens

- Originando-se no final dos anos 1980, o Hamas, cujo acrônimo representa o Movimento pela Resistência Islâmica, surgiu como uma extensão política da Irmandade Muçulmana, uma organização islâmica de origem egípcia.
- O grupo terrorista apresenta em seu [estatuto](#) a extinção de Israel como um de seus objetivos centrais. Esta postura é embasada em interpretações religiosas, tendo o Alcorão como referência. Adicionalmente, a organização exorta o envolvimento e suporte de países árabes e muçulmanos na resistência contra Israel, com a intenção de consolidar uma coalizão de forças para a realização desse propósito:

“Preâmbulo: Recaiu sobre eles a ira de Alá, e a sina deles é a desgraça, porque recusaram as indicações de Alá e erradamente mataram os profetas, e por serem desobedientes e transgressores (Alcorão, 3:110-112). **Israel existirá e continuará existindo até que o Islã o faça desaparecer**, como fez desaparecer a todos aqueles que existiram anteriormente a ele. (segundo palavras do mártir, Iman Hasan al-Banna, com a graça de Alá)”.

“Art. 28 [...] Exigimos que os países árabes em torno de Israel abram as suas fronteiras aos árabes e muçulmanos **combatentes da Jihad, a fim de cumprirem sua parte**, juntando suas forças às forças dos seus irmãos – a Fraternidade Muçulmana na Palestina. Dos demais países árabes e muçulmanos, exigimos que, no mínimo, facilitem a passagem através de seus territórios dos **combatentes da Jihad**”.

- A “Jihad” é um termo árabe que significa “esforço” ou “luta” na fé islâmica. Pode abranger esforços internos de auto aperfeiçoamento de acordo com os ensinamentos do Islã, bem como lutas externas, incluindo aspectos físicos ou militares em defesa da fé, tal como interpretado pelo Hamas.



- Fica evidente que a utilização de uma retórica belicosa em relação à nação limítrofe, sinaliza a ausência de espaço para a intervenção mediadora de paz entre os envolvidos. Se uma das partes tem por meta a eliminação completa da outra, não há como estabelecer concessões. E para consubstanciar as suas intenções, o Hamas tem promovido diversos ataques ao território israelense nas últimas décadas.
- O Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao proferir a Resolução 1566 (2004), estabeleceu uma definição para atos terroristas como “atos criminosos, inclusive contra civis, cometidos com a intenção de causar morte ou lesões corporais graves, ou tomada de reféns, com a com o objetivo de provocar um estado de terror no público em geral ou num grupo de pessoas ou de pessoas específicas, intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer ato.”
- Posteriormente, a Assembleia Geral da ONU reafirmou esta definição na Resolução 60/43 (2006) ao caracterizar atos terroristas como “atos criminosos destinados ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, em um grupo de pessoas ou em pessoas específicas para fins políticos”.
- Nesse sentido, não resta dúvida de que a natureza e o modo de operar do grupo Hamas na série de ataques iniciada em 7 de outubro de 2023 reforçam a sua caracterização como grupo terrorista segundo parâmetros internacionalmente aceitos, considerando o lançamento de aproximadamente 2000 foguetes em alvos não militares e sequestros de civis. A autoria das investidas foi assumida formalmente por uma declaração de uma liderança do grupo em seu [site oficial](#).



- Em resposta ao ataque de sábado, diversos países democráticos como Japão, EUA, Canadá, Austrália, Reino Unido e nações da União Europeia (UE) divulgaram notas de repúdio.
- Inclusive, a [Comissão Europeia](#) anunciou que realizará uma revisão dos projetos de assistência à Palestina. De acordo com Oliver Varhelyi, comissário para Vizinhança e Expansão da União Europeia, foi estimado que, entre 2021 e 2024, a UE tenha alocado aproximadamente € 1,2 bilhão (R\$ 6,6 bilhões) para o avanço da Palestina, destinado principalmente a iniciativas educacionais e de saúde.

“Hoje, o povo está resgatando a revolução e revivendo a Grande Marcha do Retorno. [...] incendeiem a terra sob os pés dos ocupantes”.

Mohammed Deif, líder da ala militar do Hamas, Brigadas Al-Qassam

Manifestação de políticos e partidos de esquerda

- No que tange aos partidos e políticos de esquerda, entendemos que algumas afirmações sobre a situação em Gaza levantam sérias preocupações éticas. A comparação entre os eventos em Gaza e o levante dos judeus contra os nazistas em Varsóvia, por exemplo, pode simplificar a complexidade histórica de ambos os cenários, potencialmente minimizando o Holocausto e suas atrocidades, e desconsiderando o contexto atual no Oriente Médio.
- Além disso, o apoio incondicional a grupos terroristas e a defesa de um “fim” para uma nação podem ser vistas como posturas extremistas que não promovem a busca pela paz e pelo diálogo entre as partes envolvidas.



HojePR

“Gaza é a maior prisão a céu aberto do mundo. Há 17 anos que ninguém pode entrar ou sair devido ao bloqueio imposto por Israel. Um povo que vive há décadas sob um regime militar e colonial de ocupação tem o direito de resistir e se levantar contra a opressão. [...] **Tratar a resistência palestina como terrorismo seria equivalente a tratar da mesma forma o levante dos judeus contra os nazistas em Varsóvia, no ano de 1943**”. [Luciana Genro](#)

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

“Ontem foi um dia histórico não só para o povo palestino, mas para todos que querem ver o mundo livre da opressão, da tirania e do terrorismo. O Hamas acendeu a chama da resistência contra o estado terrorista e fictício de Israel. **Todo apoio ao Hamas! Fim de Israel!**”.

PCO

- De outro modo, cabe destacar que o eufemismo e a relativização nas declarações de figuras-chave de partidos de esquerda no Brasil trouxeram reações mesmo de seus pares. [Jean Gorinchteyn desistiu da pré-candidatura](#) de Boulos e criticou o deputado por sua falta de condenação explícita ao Hamas.



“Agora, condeno sem meias palavras **ataques violentos a civis**, como os que mataram nas últimas horas 250 israelenses e 232 palestinos. Deixo minha solidariedade às vítimas e seus familiares. Defendo uma solução pacífica e duradoura, que passe pelo cumprimento do direito internacional e das resoluções de paz.”

Guilherme Boulos

“Meus filhos perderam amigos. O Hamas é um grupo terrorista.”

Jean Gorinchteyn



“Nada justifica a violência! A solução para a paz entre Israel e Palestina está no cumprimento dos acordos para garantia dos dois estados, o que **requer a desocupação dos territórios palestinos**. Brasil pode cumprir papel fundamental para avanço dos acordos”.

Gleisi Hoffmann

Manifestação dos Senadores de Oposição ao Governo

- Senadores da Oposição criticaram de maneira enfática a violência dos atos terroristas do Hamas, destacando a necessidade de uma condenação explícita e decisiva em relação aos atos perpetrados pelo grupo armado e sua identificação como organização terrorista.



“HAMAS: GOV LULA SILENCIA S/ ATAQUE TERRORRISTA DE GRUPO Q O PARABENIZOU P/ ELEIÇÃO...Onde anda mesmo o presidente Lula e, especialmente, o ministro dos direitos humanos diante de tanta barbárie e violência dos direitos humanos internacionais?”

Eduardo Girão

“Orai pela paz de Jerusalém; prosperarão aqueles que te amam. Haja paz dentro de teus muros; e prosperidade, dentro dos teus palácios. Por causa dos meus irmãos e amigos, direi: Haja paz em ti. Por causa da casa do Senhor, nosso Deus, buscarei o teu bem. Salmos 122. 6-9”



Magno Malta



“Para parte da imprensa brasileira, quem estupra, sequestra, tortura e assassina milhares de judeus inocentes é “combatente” e quem depreda patrimônio público é “terrorista”.”

Jorge Seif Junior

“Matar e sequestrar civis indefesos são atos terroristas e criminosos. Horror e barbárie. Sequer há margem para alegar dano colateral por ataques militares. Não há zona cinzenta ou espaço para contextualização. O Hamas deveria ser declarado grupo terrorista pelo Governo brasileiro”.



Sérgio Moro



“Meu coração está voltado para oriente! Em lágrimas, desde ontem estou orando pela paz na região. O grupo terrorista Hamas ataca Israel e muitas vidas, dos dois lados, já foram perdidas. As imagens que chegam nos causam dor e horror! Nada justifica as ações do Hamas. Ó Israel, como te amo!”

Damare Alves

“A nota petista do governo do “Brasil” condena a invasão, mas como no caso da Ucrânia apela para uma falsa simetria entre o estado invadido e o invasor. O governo do PT 5 faz a diplomacia de passar o pano. A hora é de condenar o terrorismo, a invasão e ponto! Que o mundo saiba: a ideologia do PT não é o que o Brasil pensa”.



Ciro Nogueira



“Nas guerras nunca há vencedores, nem vencidos. Todos perdem! Seguimos consternados com mais bombardeios e ataques que provocam a morte de civis no Oriente Médio. Desta vez, em Israel e na Palestina”.

Nelsinho Trad

“@jairbolsonaro sempre falando as verdades que o sistema quer esconder, sempre lutando pela pátria e pelos valores da família brasileira. Nós sabemos qual o lado certo da história e não é entre os que defendem atos terroristas como o do Hamas ou entre os que acusam patriotas e manifestantes comuns de golpe de estado. Eles podem tentar impor suas narrativas, mas nós sabemos a verdade”.



Flávio Bolsonaro

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



“Toda solidariedade aos israelenses. O terrorismo é intolerável. Esperamos que o Gov Brasileiro faça sua parte ao condenar com vigor o grave ataque sofrido pelo povo judeu e envide todos os esforços para resgatar os brasileiros que se encontram na área de conflito”.

Izalci Lucas

“A violência e o terrorismo sempre foram armas daqueles que não tem argumentos, minha solidariedade aos civis israelenses brutalmente atacados por facínoras travestidos de defensores do povo palestino. O que pretendem é uma dura reação do estado de Israel que gerará mais guerra e instabilidade na região. O Governo brasileiro tem o dever moral de repudiar essa ação, e denunciar os criminosos que a perpetraram”.



Rogério Marinho

“Na Presidência do Conselho de Segurança da ONU, o Brasil convocou reunião de emergência para tratar dos ataques terroristas do Hamas contra Israel, que recebeu solidariedade e apoio internacional. A guerra ao terrorismo já foi declarada por Israel. Mas é preciso encontrar meios de proteger a população civil. Centenas de homens, mulheres, idosos e crianças já morreram, dos dois lados. Mais uma guerra longa e sangrenta se desenha, segundo os analistas. O Brasil pode e deve ajudar na busca da paz”.



Tereza Cristina

“Assinei o voto de solidariedade a Israel, em razão do ataque promovido pelo grupo terrorista Hamas. São milhares de vidas perdidas, muitos feridos e uma declaração de guerra emitida. Registro aqui todo meu repúdio a violência praticada”.



Luiz Heinze



“Como presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina, repúdio de maneira veemente os ataques covardes contra Israel. Mais de 200 pessoas mortas entre palestinos e israelenses, no país também residem brasileiros. Lamentável. Pela paz em Israel”.

Dr. Hiran

“Com profundo pesar e preocupação, acompanho os recentes ataques em #Israel. É desolador ver vidas sendo afetadas por conflitos. Neste momento de incerteza, envio meus pensamentos e solidariedade às pessoas em Israel, torcendo para que a #paz e o diálogo prevaleçam”.



Mecias de Jesus



“As ações criminosas do Hamas contra Israel, vitimando civis e violando a paz regional, são um abominável ato terrorista. Hoje, lamentamos que, entre as vítimas esteja o jovem gaúcho Ranani Glazer, de Porto Alegre. Ranani tinha 24 anos e o terror destruiu sua vida e seus sonhos, causando uma perda é uma dor irreparável para sua família. Nossos mais sinceros sentimentos”.

General Hamilton Mourão

“Lamento profundamente a situação de guerra que está causando grande sofrimento à população em Israel devido aos recentes ataques terroristas do grupo do Hamas. Minha solidariedade e orações aos que estão sofrendo. Que Deus esteja com Israel!”



Wilder Morais



“Expresso minha total solidariedade ao povo de Israel, que enfrenta um ataque brutal perpetrado pelo grupo terrorista Hamas. Foguetes foram disparados, resultando em tragédias para os Israelenses. Orai pela paz em Jerusalém, pois prosperarão aqueles que a amam! (Salmos 122:6)”

Marcos Pontes



“#Israel está sob ataque do # Hamas. Já são 22 mortos, mais de 600 feridos. Cidadãos israelenses foram sequestrados e levados para a Faixa de Gaza. As famílias ainda estavam no Shabbat, quando foram surpreendidas por bombas, mísseis e invasão terrestre. OREM POR #ISRAEL”

Alan Rick

“Toda a minha solidariedade a Israel, covardemente atacada, e minhas orações ao povo judeu. Inaceitável! Q a resposta seja dura contra aqueles q não querem a paz, seja aonde for!”



Carlos Portinho



“Assinei hoje o voto de solidariedade do Senado a Israel por causa dos ataques do grupo extremista Hamas ao país. Também em repúdio ao ataque sofrido, a bandeira do país foi projetada na cúpula do Senado, no prédio do Congresso Nacional, em Brasília”.

Laércio Oliveira

“A crueldade é tanta que dói na alma. Não há espaço para relativizar o que está ocorrendo em Israel. A esquerda, que tanto pregou a paz e o amor no período eleitoral, deixou hoje a sua marca na história. Eu sigo em oração por essas famílias. Que Deus tenha misericórdia.



Marcos Rogério



“Minha solidariedade ao povo de Israel”.

Zequinha Marinho

“Repudio, veementemente, a violência, e enfatizo a importância de buscarmos o caminho do diálogo como meio de alcançar a paz duradoura”.



Styvenson Valentim

2 POLÍTICA

R\$ 2,78 bilhões investidos no SGDC-1: uso insuficiente para conectar escolas públicas nos Governos do PT

- A [Visiona Tecnologia Espacial S.A.](#) foi criada em 2012, em parceria público-privada, com 51% da EMBRAER e 49% da TELEBRAS. Seu objetivo é restabelecer a autonomia e soberania no campo das comunicações via satélite, após a privatização da Embratel em 1998.
- A empresa atuou como integradora do projeto governamental brasileiro, o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), instituído pelo [Decreto nº 7.769 em junho de 2012](#), sob o governo de Dilma Rouseff.



- O primeiro satélite do projeto, o SGDC-1, foi construído pela [Thales Alenia Space](#), empresa franco-italiana selecionada por meio de um processo de seleção internacional organizado pela Visiona Tecnologia Espacial S.A.
- **O SGDC-1 demandou investimentos da ordem de R\$ 2,78 bilhões**, com intuito de fomentar a soberania nacional das comunicações (30% da capacidade) e difundir internet para áreas remotas desprovidas de infraestrutura para acesso à internet com banda larga (70% da capacidade).



Ex-ministro das Comunicações, André Figueiredo em reunião com o atual ministro Juscelino Filho.

- Ainda sob a gestão da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o governo firmou compromisso de [expandir a infraestrutura de internet de alta velocidade para mais de 128 mil escolas públicas em todo o Brasil](#). Inicialmente planejada para ser concluída em 2025, a iniciativa foi antecipada pelo governo para ser finalizada em 2018.
- À época, o ministro das Comunicações, André Figueiredo, apresentou o programa intitulado “Brasil Inteligente: Internet Ligando a Gente” ([Decreto nº 8.776/2016](#)), com o propósito de proporcionar banda larga de **78 Mbps para instituições de ensino, tanto em áreas urbanas quanto rurais**.

- Na época, o SGDC-1 era visto pelo Ministério das Comunicações como uma [tecnologia alternativa para distribuir conexão em locais não atendidos com fibra óptica](#).
- Em suma, o satélite não foi utilizado durante o governo Dilma e o programa Brasil Inteligente teve progresso limitado na expansão da conectividade à internet em regiões remotas do Brasil.

Em consulta às pesquisas [TIC Educação 2016](#) e [TIC Educação 2017](#), **observa-se que não foram identificadas mudanças significativas entre os anos assinalados, no que diz respeito ao acesso à internet dos alunos nas escolas**. Isso corrobora a afirmação sobre os resultados pouco significativos do programa.

- Após atraso, o SGDC-1 foi lançado finalmente em 2017, durante o governo de Michel Temer. O legado do governo Dilma quanto à ausência de planejamento para o uso do satélite para uso civil ficou patente. Durante um ano a Telebras realizou chamamento público para que empresa fizesse a instalação de infraestrutura de rede para o recebimento da internet por via satelital, sem que houvesse interessados.
- Nesse ínterim, eram atendidos somente quatro pontos de conexão à internet, duas escolas urbanas, uma escola indígena e um ponto de fronteira, que estava lidando com a imigração venezuelana. Estima-se que a operação gerava um [prejuízo diário de aproximadamente R\\$ 800 mil por dia](#). A situação foi normalizada após a contratação da empresa ViaSat.
- Nos últimos anos, a Telebras, com o apoio do Ministério das Comunicações através dos programas Gesac e Wi-Fi Brasil, [implementou 15.705 pontos de acesso à internet em 3.055 municípios brasileiros](#).
- Dentre essas, ressaltam-se as 11.604 instalações distribuídas no Nordeste e Norte, regiões diagnosticadas com carência de infraestrutura de comunicação. A Telebras também comunicou que mais de 3 milhões de alunos de escolas públicas rurais e indígenas estão conectados ao sistema.

Revisão dos Parâmetros de Conectividade nas Escolas: contradições do Gape

- Apesar de décadas de investimentos, é fundamental ressaltar que o principal desafio para alcançar a universalização dos serviços de internet no Brasil ainda reside nas localidades remotas e nas pequenas cidades com baixo atrativo econômico para investimentos em infraestruturas de telecomunicações.
- Nesse contexto, acreditamos que o governo Lula III está gerando uma incerteza desnecessária para alcançar esse importante objetivo, ao realizar modificações nos requisitos mínimos para a aquisição de internet nas escolas públicas.



- A [Portaria nº 33, de 7 de agosto de 2023](#), definiu novos parâmetros para a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC). Em relação à disposição anterior, prevista na [Resolução do Fundo Nacional de Educação de nº 9/2018](#), inova ao estabelecer que haverá uma velocidade mínima preferencial de 50 mbps e máxima de 1gbps por estabelecimento de ensino, independentemente da quantidade de alunos.

“II - velocidade de internet: deve atender a demanda de conectividade, considerando os parâmetros de velocidade e tecnologia de internet previstos abaixo:

a) o link da internet deve ter velocidade mínima de 1 mbps por estudante no maior turno;

b) caso a escola tenha número de alunos menor que 50 estudantes por turno ou maior que 1.000 alunos por turno, devem ser respeitadas, sempre que possível, a velocidade mínima de 50 mbps e a máxima de 1 de gbps por escola”.

- Anteriormente, a velocidade requerida era proporcional ao número de alunos matriculados, conforme pode ser observado na Tabela 1, apresentada abaixo:

Tabela 1 – Recursos disponibilizados a partir do número de matrículas na educação básica

Faixa de matrículas na educação básica	Velocidade média de referência	Valor de repasse anual
15 a 199	20 Mbps	R\$ 2.451,00
200 a 499	50 Mbps	R\$ 3.328,00
500 ou mais	100 Mbps	R\$ 3.892,00

- Conforme [divulgado em matéria pelo jornal “Estadão”](#), o Ministério da Educação (MEC) teria declarado em comunicado que a alteração **“segue as orientações de velocidade recomendadas pelo Gape (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas)”**.
- O Gape aprovou um projeto-piloto de conectividade escolar durante sua 7ª reunião, em 27 de julho de 2022. Esse projeto visa analisar as etapas de implementação em um grupo reduzido de escolas selecionadas.

- O piloto está sendo executado em 10 municípios brasileiros (Baía da Traição/PB, Berilo/MG, Cavalcante/GO, Coronel Domingos Soares/PR, Entre Rios/SC, Espigão D'Oeste/RO, Gaúcha do Norte/MT, Pau D'arco/PA, Santa Luzia do Itanhy/SE e Silva Jardim/RJ), representando todas as regiões do país, com intuito de beneficiar 177 escolas públicas de ensino básico.
- Os critérios de seleção dos municípios consideraram fatores como IDHM, número de alunos beneficiados, tamanho da localidade e sua conectividade, incluindo áreas indígenas e comunidades quilombolas.
- A partir da [compilação do relatório do Gape referente à vistoria](#) realizada nas localidades alvo do projeto-piloto, podemos constatar que a internet oferecida na amostra não atende aos requisitos mínimos definidos pelo PIEC, levando em consideração os parâmetros atuais e anteriores.
- A velocidade média de conexão por aluno é de 0,31 Mbps, dista significativamente do objetivo do programa de 1 Mbps por aluno. Dentre as principais tecnologias utilizadas, destacamos o melhor resultado da fibra óptica (0,32 Mbps), que é também a tecnologia mais utilizada na amostra (31%), seguida de rádio e satélite geoestacionário (0,23 Mbps).
- **Sobre o requisito de 50 Mbps por escola, apenas 14,6% das escolas atenderam, reforçando a escassez de provimento de recursos de conectividade.**
- Considerando que o provimento de internet nessas áreas de difícil acesso ou em isolamento é por si só um grande desafio a ser superado, nos causa estranheza que o Gape tenha sugerido ao Ministério da Educação a revisão do parâmetro mínimo, elevando significativamente o valor a ser cumprido pelos potenciais fornecedores.
- Na [Ata da 9ª Reunião Ordinária do Gape](#), de 30 de agosto de 2022, informou sobre as atividades da entidade, incluindo o envio de uma "RFI Conectividade - via satélite" a cinco empresas para obter informações sobre soluções de conectividade via satélite em todo o país. As respostas recebidas indicaram disponibilidade de **velocidades de 20 a 25 Mbps**.

Seria apropriado o Gape sugerir ao MEC a revisão dos parâmetros mínimos para contratação de internet, dado que no projeto piloto ficou evidente a impossibilidade técnica de fornecer o serviço de acordo com tais requisitos?

- Em outras palavras, a EACE já havia detectado uma limitação na oferta de serviços no mercado. Com a compreensão de que determinadas áreas remotas só poderiam ser atendidas com conexões via internet satelital, torna-se evidente que a organização já havia obtido informações sobre potenciais restrições de velocidade, mesmo antes de iniciar o projeto piloto.
- Outro aspecto a ser mencionado é que havia divergências manifestas no Gape sobre o estabelecimento de parâmetros elevados em demasia. Na [Ata da 16ª Reunião Ordinária](#) do Gape, de 28 de março de 2023, o representante do MCOM, Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, **expressou discordância com a combinação dos critérios de 50 Mbps por escola e 1 Mbps por aluno, argumentando que isso poderia excluir soluções de satélite, como a de satélite geo-estacionário em Banda KA, que deveriam ser consideradas.** Ele destacou a importância de não penalizar opções tecnológicas que atendam às necessidades pedagógicas.
- Paira também a dúvida sobre a realização de consulta formal à Telebras durante esse processo, tendo em vista que governos anteriores do PT realizaram investimentos bilionários no desenvolvimento de alternativas de conectividade via satélite.

Qual é o destino desse legado? Qual o papel do SGDC-1 para conectividade das cerca de 8 mil escolas públicas ainda sem qualquer acesso à rede de internet? Seria viável solucionar esse problema com o SGDC-1? Se sim, quanto custaria a implementação?

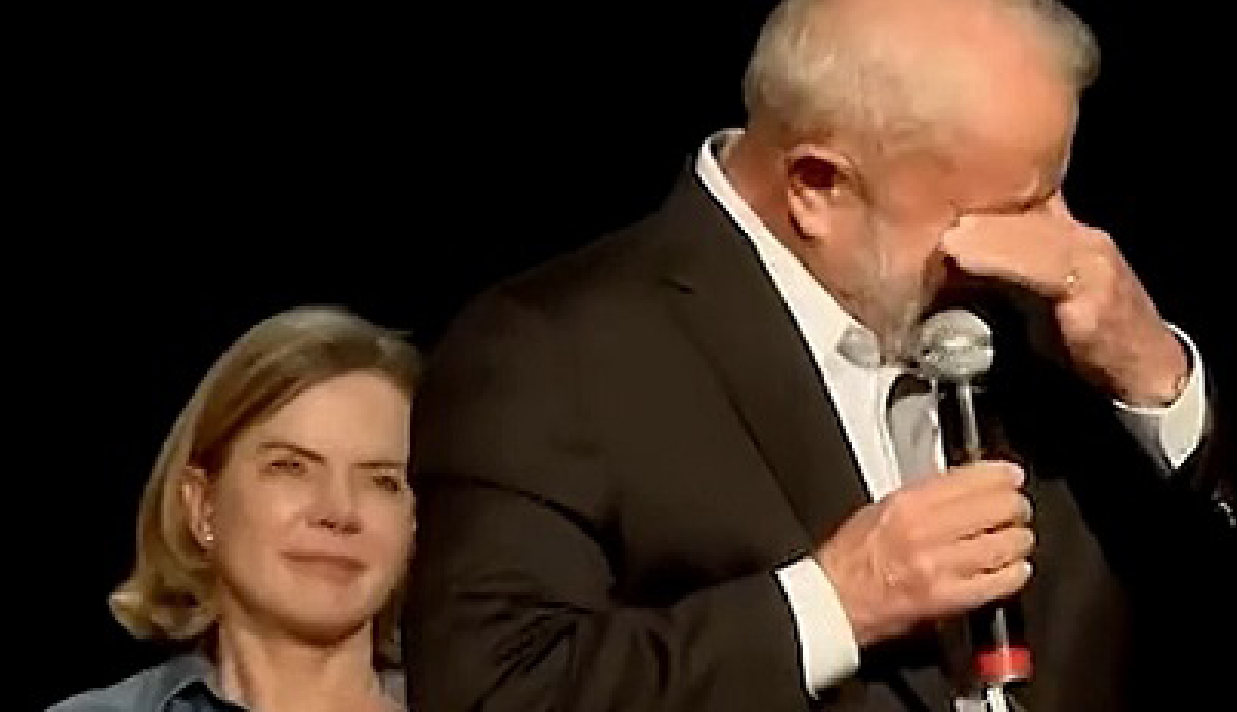
- Considerando esses elementos, é surpreendente que a EACE tenha sugerido um aumento nos critérios de velocidade, mesmo após conduzir uma pesquisa no mercado sob sua supervisão e receber admoestações de seus próprios membros.
- Entendemos que o Gape falhou também ao não realizar um amplo estudo comparativo entre países, com intuito de balizar metas e parâmetros a serem atendidos no Brasil. A Tabela 2 apresenta uma síntese dos objetivos referentes aos planos nacionais de inclusão digital em escolas públicas identificados em outros países, com intuito ilustrativo.

- Em países em que os meios digitais estão amplamente difundidos, como boa parte da Europa Ocidental e os Estados Unidos, nota-se uma orientação das políticas públicas para o aprimoramento da qualidade e velocidade da internet nos estabelecimentos públicos de ensino.

- Essa busca vai além da dicotomia de possuir ou não acesso à internet, tendo em vista a superação do desafio da universalização nessas localidades. Outros países estão à frente ao destacar a necessidade de garantir uma conexão de alta qualidade também nas casas dos estudantes, como evidenciado pela situação na Austrália.
- Em nações da América Latina, com desafios semelhantes aos enfrentados pelo Brasil, observa-se um esforço para proporcionar conectividade a áreas e regiões que ainda carecem totalmente de sinal de internet, sendo este o principal balizador da ação estatal.
- Claro, devemos envidar esforços para o aprimoramento da qualidade e velocidade das redes brasileiras, porém sem perder de vista a possibilidade de diversificar as soluções técnicas para alcançar a meta primária de universalizar o acesso à internet em instituições públicas de ensino.

Tabela 2 – Planos Nacionais de Inclusão Digital nas Escolas

País	Ano	Objetivo	Fonte
EUA	2022	1 Mbps por aluno, alcançado em 67% dos distritos escolares.	Connected Nation
Reino Unido	2022	100 Mbps para download e 30 Mbps para upload, em 2025.	Gov.UK
Austrália	2022	50 Mbps por estudante.	School Student Broadband Initiative
Chile	2022	Conectar todas as 10.086 escolas do país.	Brecha Digital Cero
Peru	2022	Fornecer equipamentos tecnológicos e conectividade para alunos e professores de instituições de ensino de gestão pública em áreas rurais e urbanas priorizadas até 2026.	Plan de Cierre de Brecha Digital
México	2020	Prover internet para todas as escolas até 2024.	Proyecto México Conectado e Estratégia Digital Nacional



Governo Lula pode frustrar caráter competitivo de licitações ao privilegiar fornecedor único

- A implementação da internet em escolas públicas conforme as diretrizes propostas pelo Gape e formalmente adotadas pelo Governo Lula, por meio de uma portaria do MEC, poderá conduzir a Administração Pública a optar pela única opção viável dentro dos critérios estabelecidos para áreas remotas ou de difícil acesso: a Starlink de Elon Musk.
- Confiar propositamente infraestruturas críticas, como a internet, a apenas um fornecedor suscita preocupações para qualquer governo. Essa dependência é especialmente significativa no território amazônico, tornando vital avaliar as condições para promover a competição entre fornecedores a médio e longo prazo.
- Isso busca evitar que a implantação da Starlink, apoiada pelo governo dos Estados Unidos, reduza o estímulo tanto público quanto privado para investir na infraestrutura de comunicações na região.
- O conflito entre Rússia e Ucrânia revelou o potencial estratégico da Starlink e a perigosa dependência de um único fornecedor, evidenciada no território ucraniano após a destruição das infraestruturas de comunicação. “Sem Starlink, não poderíamos voar ou nos comunicar” [tradução nossa], relato de parlamentar ucraniano ouvido pelo veículo [New York Times](#).
- Cabe mencionar que estabelecer o fornecimento de internet por meio de fibra óptica, apesar de ser preferível, representa um desafio técnico e financeiro considerável. Algumas tentativas já foram empreendidas pelo governo brasileiro, como o “Amazônia Conectada”, iniciado durante o governo de Dilma

Rousseff em 2015. A iniciativa tinha o objetivo de implementar uma infraestrutura de fibra óptica na região. No entanto, o programa teve progresso limitado devido a falhas de governança e coordenação, segundo avaliação do TCU.

- Posteriormente, o projeto foi retomado sob o nome “Norte Conectado” durante o governo de Bolsonaro. Nesse novo momento, foram realizadas duas fases com sucesso, estabelecendo conexões entre Macapá (AP) e Manaus (AM), passando por diversos municípios amazônicos.
- Para além da solução via fibra óptica, existem outras alternativas acessíveis, como a instalação de torres de rádio, que poderiam garantir um fornecimento complementar, constante e essencial para uma região geográfica de relevância estratégica para o Brasil.
- Em nossa avaliação, as decisões promovidas pela EACE, Gape e MEC prejudicam a competitividade na contratação de serviços de internet para escolas públicas, ao definir requisitos mínimos que podem ser cumpridos por apenas um fornecedor, sem uma justificativa plausível com a necessidade local e experiências de pares internacionais.



Divulgação

A Starlink tem o potencial de exercer um domínio global no mercado de satélites e lançamentos. Atualmente, a empresa mantém mais de 4.500 satélites em órbita, o que representa aproximadamente metade dos satélites atualmente em operação. Além disso, ela planeja expandir sua constelação para impressionantes 42.000 satélites nos próximos anos. Esses números são ainda mais notáveis, ao considerar que a empresa lançou seu primeiro satélite em 2019 e começou a oferecer serviços de conexão apenas em 2021.

- Em síntese, a aplicação da política tal qual o desenho determinado pelo MEC, implicaria em potencial frustração do caráter competitivo do processo licitatório e dependência crítica de determinado fornecedor.
- Esse cenário conflita com a recomendação de diversos acórdãos do TCU. Os acórdãos do TCU (números 1227/2009, 2579/2009, 2477/2009 e 6198/2009, entre outros) reforçam a necessidade de evitar cláusulas que imponham ônus desnecessários aos licitantes, restrinjam a competitividade, estabeleçam preferências indevidas ou dificultem a ampla participação dos interessados.



Vitória da democracia: PEC restringe ativismo judicial no Supremo

A CCJ do Senado aprovou, sem discussão, o parecer da PEC que limita decisão monocrática e pedido de vista no STF.

O Senado Federal, em mais uma ação destinada a pôr um freio de arrumação na atuação de órgãos do Poder Judiciário, privilegiando o princípio do colegiado e firmando o da separação dos poderes, pedra fundamental da democracia brasileira, pautou e aprovou o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, favorável à Proposta de Emenda à Constituição - PEC 8/2021, que dispõe sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.

Em resumo, o texto que vai ao Plenário do Senado estabelece:

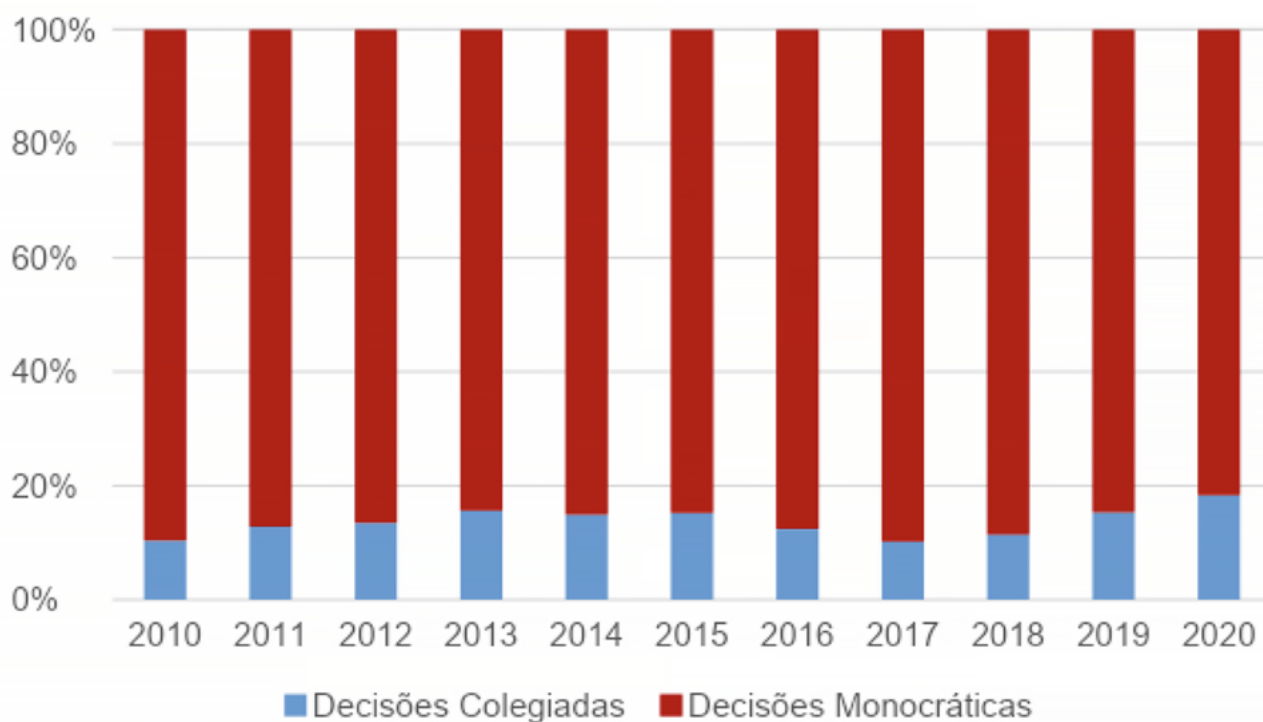
- a vedação da concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia de lei ou ato normativo com efeito geral ou que suspenda ato dos presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional;
- a excepcionalidade da concessão de decisão monocrática, quando do pedido formulado durante o recesso do Judiciário que implique a suspensão de eficácia de lei ou ato normativo, **em casos de grave urgência ou risco de dano irreparável**, condicionando sua eficácia a submissão ao Tribunal que deverá julgar o caso em até trinta dias após a retomada dos trabalhos;
- que quando forem deferidas decisões cautelares em ações que peçam declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato, ou questionem descumprimento de preceito fundamental, o mérito da ação deve ser julgado em até 6 (seis) meses. Depois desse prazo, ele passará a ter prioridade na pauta sobre os demais processos;
- que nos processos no STF que peçam a suspensão da tramitação de proposições legislativas ou que possam afetar políticas públicas ou criar despesas para qualquer Poder também ficarão submetidas a essas mesmas regras; e
- que mesmas normas serão aplicáveis ao controle de constitucionalidade estadual.

A PEC 8/21, de autoria do Senador **Oriovisto Guimarães** e subscrita por outros 31 senadores, com parecer favorável do Senador Esperidião Amin, foi aprovada na 39ª reunião ordinária da CCJ que contou com o registro da presença de 43 senadores, entre titulares e suplentes (5 do Bloco Parlamentar Aliança; 6 do Bloco Parlamentar Vanguarda; 15 do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e 17 do Bloco Parlamentar Democracia).



Segundo levantamento apresentado no artigo “*Decisões monocráticas nos tribunais: exceção ou regra?*”¹, de autoria do Juiz Federal, Dr. Oscar Valente Cardoso, de 2010 a 2020, o Supremo Tribunal Federal - STF proferiu 163.325 decisões colegiadas e 1.046.230 monocráticas, em um total de 1.209.794 decisões.

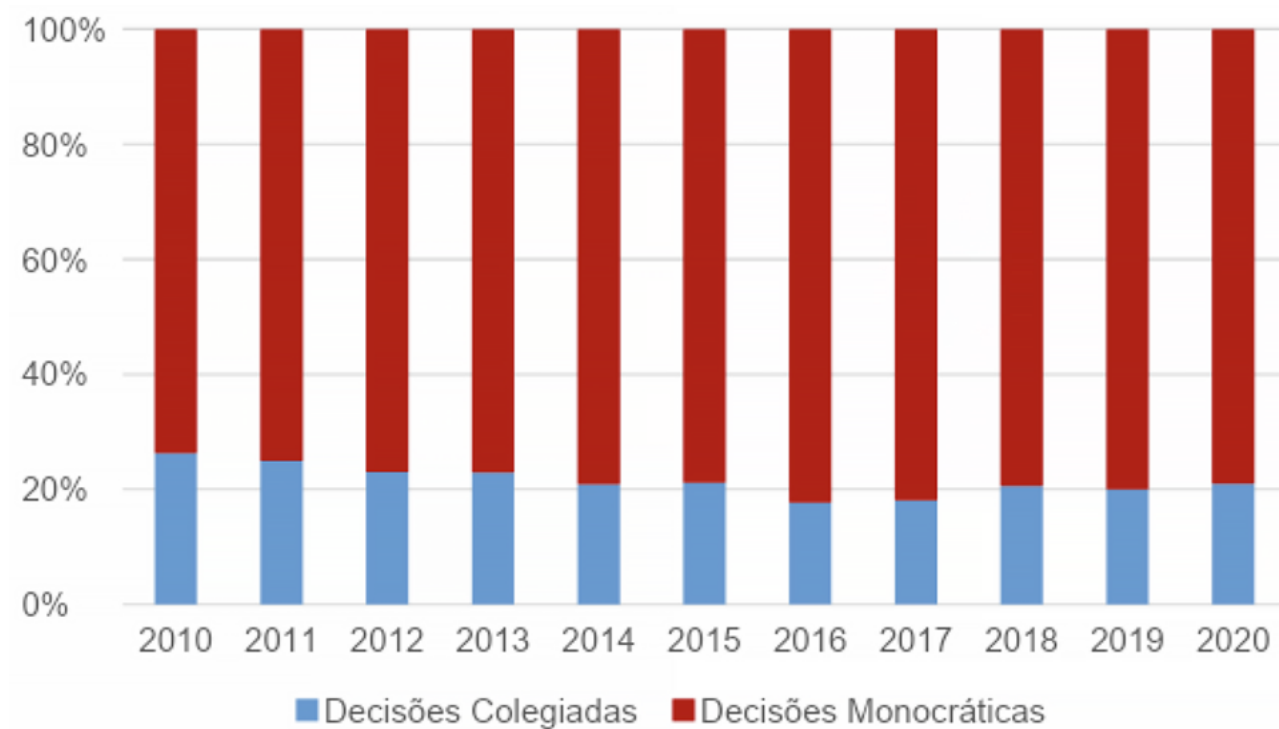
Gráfico 1 – Percentual de decisões colegiadas e decisões monocráticas proferidas pelo STF no período de 2010 a 2020.



Fonte: Estatísticas de decisões disponibilizadas pela Secretaria de Gestão Estratégica do STF.

¹ Disponível em https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2293

Gráfico 2 – Percentual de decisões colegiadas e decisões monocráticas proferidas pelo STJ no período de 2010 a 2020.



Fonte: Boletins de estatísticas anuais do STJ.

Os dados oriundos das estatísticas disponibilizadas pelos tribunais apontam que ao longo desses anos – 2010/2020 – 13,6% das decisões do STF foram colegiadas, enquanto que no STJ foram 21,5%.

De certo que parte do quantitativo de decisões monocráticas guarda estreita relação com a solução de questões já enfrentadas pelos órgãos colegiados. Porém, a PEC visa enfrentar justamente aqueles casos que decisões monocráticas possam atingir diretamente atos que foram adotados por demais Poderes da República.

3 TRABALHISTA

Congresso tem o dever moral de impedir contribuição forçada a sindicatos

- A modernização trabalhista aprovada em 2017 tinha como um pilar central a liberdade sindical. Esse princípio norteou a regulamentação do Imposto Sindical, que passou a ser cobrado apenas de filiados aos sindicatos.
- Contudo, o STF, em mais um avanço sobre decisões do Congresso, concluiu sobre a constitucionalidade da cobrança da **Contribuição Assistencial** em contradição com os princípios da reforma de 2017. O Ministro Roberto Barroso concluiu o julgamento com a seguinte tese:

“É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”.



- Destaca-se, primeiramente, que o direito de oposição é, muitas vezes, dificultado ou até mesmo impedido. O [parecer do PL 2.099/23](#) traz diversas situações em que esse direito foi cerceado. Isso vai diretamente contra os princípios da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que prezam pela liberdade sindical.
- Um dos principais casos citados pelo parecer foi o de [um sindicato em Sorocaba \(SP\)](#) que realizou uma cobrança da contribuição assistencial de 12% do salário e estabeleceu um “pedágio” de R\$ 150,00 ao trabalhador que se opusesse à cobrança. A prática choca tanto pelo valor cobrado quanto pela cobrança para se exercer um direito trabalhista assegurado pelo regramento atual.
- Nesses termos, a contribuição assistencial pode ser similar ao antigo imposto sindical, sobretudo quando esta é aplicada a sindicalizados e não sindicalizados com cerceamento do direito de oposição.
- Destaca-se que o antigo imposto sindical arrecadava cerca de [R\\$ 3 bilhões](#). Sem regulamentação, a contribuição assistencial poderia arrecadar 3 vezes mais.
- Por isso, se viu como necessária a regulamentação do direito de oposição. **Esse é o principal ponto trazido pelo PL 2.099/23**, aprovado na CAE e que deverá ser apreciado pela CAS. O projeto de lei foi apresentado pelo Senador Styvenson Valentim (Podemos-RN) e relatado pelo Senador Rogério Marinho (PL-RN).



Senador Styvenson Valentim (Podemos-RN)



Senador Rogério Marinho (PL-RN)

- De acordo com o PL, diversos **fatores devem ser atendidos para a garantia do direito de oposição**. São estes:

- Direito de Oposição Individual;

- Possibilidade de se opor por meio virtuais (e-mail ou aplicativo de mensagens, por exemplo) ou presencialmente;

- A previsão de oposição a qualquer tempo quando inexistir acordo coletivo e a necessidade de se manifestar em até 60 dias caso haja acordo;

- Possibilidade de retratação do trabalhador, caso este deseje;

- Obrigatoriedade de cobrança via boleto ou Pix;

- Vedação de cobrança retroativa;

- Empregadores e sindicatos devem informar o trabalhador na contratação;

- Ampla publicidade e a necessidade, por parte do sindicato, de se informar o trabalhador sobre os acordos coletivos em até 5 dias;

- Garantia de proteção de dados ao trabalhador;

- Previsão da anulação de atos que estejam em desacordo com as disposições da lei;

- Esses pontos, como se observa, visam apenas regulamentar o direito de oposição, que foi assegurado na ocasião da aprovação da tese de possibilidade de cobrança da contribuição assistencial pelo próprio STF. Dessa forma, não contradiz o julgamento, mas garante um importante direito ao trabalhador e promove a liberdade sindical.
- Considerando que o regramento proposto garante pleno direito de oposição, [a justificação do PL 2.099/23](#) esclarece que a medida revoga “o parágrafo único do art. 545 da CLT, que prevê multa e cominações penais relativas à apropriação indébita quando não recolhido à entidade sindical os descontos do trabalhador”.
- O PL 2.099/23 irá para a Comissão de Assuntos Sociais **em caráter terminativo**. Portanto, é necessário defender o projeto com o objetivo de regulamentar adequadamente a decisão do STF, garantindo, por consequência, a liberdade sindical dos trabalhadores.